

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FAFE,
REALIZADA NO DIA VINTE E SEIS DE JUNHO DE DOIS MIL E QUINZE**

-----Aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e quinze, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão ordinária, com a presença do **Presidente da Mesa** – Laurentino Dias, o **Primeiro Secretário** – Manuel Santos, verificando-se a ausência da **Segunda Secretária**. Verificada a existência de quórum, pelo Presidente da Assembleia Municipal foi declarada aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e trinta minutos.-----

-----Seguidamente, pelo **Presidente da Mesa**, foram anunciados os seguintes pedidos de *suspensão*: pelo período de trinta dias Sílvia Manuela Fernandes Soares, Isabel Maria Oliveira Ferreira e José Carlos Leite Pereira da Silva; pelo período de vinte dias, Raul Manuel Rebelo Cunha; pelo período de quinze dias, João Manuel Oliveira Vieira Mendes e Marisa José Fernandes Brochado, nesta sessão, todos eleitos pelo PS; pelo período de cento e oitenta dias, Simão Cunha Ribeiro de Freitas, eleito pelo IPF; pelo período de trinta dias, José Augusto Pereira Rodrigues e Natália Fernandes Leite, eleitos pelo PSD; e pelo período compreendido entre 17/06/2015 a 20/07/2015, Alexandre Dias Leite, eleito pela CDU.-----

-----Pedi a *substituição*, pelo período compreendido entre 25/06/2015 a 01/07/2015, Alberto Joaquim Costa Alves, eleito pelos IPF; e por fim pelo respetivo Secretário, Hélio Martins Freitas, o Presidente da Junta de Golães.----

-----Colocados a votação, **foram aprovados, por unanimidade**.-----

-----De seguida, o **Presidente da Mesa** convidou Manuel Cunha para exercer as funções de Primeiro Secretário.-----

-----Tomaram assento os elementos que se seguiam na respetiva lista, por se encontrarem presentes na sala, registando-se a presença de cinquenta Membros.-----

-----Posteriormente, o **Presidente da Mesa** procedeu à leitura do expediente da Assembleia que ficou à disposição dos Membros para que, querendo, o consultassem. -----

-----Seguidamente, o **Presidente da Mesa**, comunicou à Assembleia a existência de um voto congratulação e louvor, apresentado pelo PSD, à equipa



sénior do Andebol Clube de Fafe que conquistou o título de Campeão Nacional da 2ª Divisão, tendo-se procedido, de imediato, à sua leitura.-----

-----Colocado a votação, sendo **aprovado, por unanimidade.**-----

-----Seguidamente, foi apresentado um voto de pesar, subscrito por todos os presentes, pelo falecimento do Senhor Doutor António Marques Mendes, conhecido advogado, político e dirigente associativo, figura marcante da vida local, tendo-se procedido, de imediato, à sua leitura.-----

-----Colocado a votação, foi **aprovado, por unanimidade.**-----

-----Foi, ainda, guardado um minuto de silêncio.-----

-----Posteriormente, um proposta de recomendação à Câmara, subscrita por todos os grupos parlamentares para que a rua desde o edifício dos CTT ao edifício das antigas “lobas”, passe a ter o nome de Doutor António Marques Mendes, tendo-se procedido, de imediato, à sua leitura.-----

-----Colocado a votação, foi **aprovado, por unanimidade.**-----

-----De seguida, passou-se ao **período de intervenções.**-----

-----Tomou a palavra **Maria Leonor Pereira Oliveira Castro**, eleito pela CDU, para colocar algumas questões, nomeadamente sobre a retirada do amianto em Fafe, principalmente nas escolas onde o problema deveria ser resolvido nas férias escolares. Congratulou a Câmara pela iniciativa de comemoração do dia mundial da criança e alertou para o fato de os equipamentos terem sido poucos para o número de crianças envolvidas. Questionou o Presidente da Câmara sobre o processo de classificação de interesse público do arvoredo do Parque 1º de dezembro e Jardim do Calvário, um pedido que foi aprovado na reunião de fevereiro, por proposta da CDU. Sobre um reparo que já tinha trazido a essa Assembleia e que continuava a existir, que era a ausência ou certa negligência na sinalização dos troços de obras. Solicitou esclarecimentos sobre o estacionamento na avenida do Brasil, nos dias de feira, uma vez que não contemplava, um lado da avenida onde com muita frequência eram autuados os condutores que ali estacionavam. Sobre a rotunda da saída da auto-estrada, questionou sobre o problema do seu embelezamento e para quando estaria previsto. Para terminar, solicitou esclarecimentos sobre a cobrança de taxas às roulotes de venda de produtos alimentares aquando do Rali, sobre quem tinha dado indicações aos serviços

camarários para encaminhar para a Naturfafe, e que tipo de serviço tinha sido prestado pela Naturfafe, nomeadamente os recibos que foram emitidos.-----

-----Solicitou a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Revelhe**, que iniciou a sua intervenção falando do plano estratégico de desenvolvimento desportivo cuja discussão se tinha iniciada esta semana onde tinham estado presentes agentes desportivos, representantes do ISEF, bem como uma empresa especializada em desporto, tendo sido apresentada a metodologia que será aplicada para a elaboração desse plano estratégico. Prosseguiu dizendo que já tinha sido elaborada a carta educativa de concelho, documento que compilava os equipamentos desportivos, as modalidades e, também, o número de atletas, sendo um retrato fiel do que tem sido desenvolvido, a nível desportivo, neste concelho. Falou sobre o crescimento acentuado do panorama desportivo local quer ao nível dos praticantes, quer na diversidade das modalidades praticadas, sublinhou os bons resultados obtidos nomeadamente no andebol com a subida à primeira divisão, no futsal feminino no Grupo Nun'Alvares, também no desporto escolar destacou a equipa feminina de futsal do Agrupamento de Escolas Carlos Teixeira que, também, foi campeã nacional. Sobre a educação, realçou o desempenho do Município ao apoiar, através dos transportes escolares e das refeições, os alunos. Lamentou que, a nível nacional, a preocupação com a educação não fosse a esperada, lembrou a contratação dos professores para o próximo ano letivo, tecendo vários comentários políticos. Terminou dizendo que na última semana de maio, tinham sido transferidos, para as juntas de freguesias, 65% dos acordos de execução, realçando o papel do Município na transferência dessas verbas.-----

-----Usou da palavra **Rui Sandro Novais da Silva, eleito pelo PSD**, que começou por enaltecer o executivo pela parceria criada com a Agência Nacional da Juventude em ação, existindo muitos programas a nível europeu que ajudam as associações a promover as suas atividades e que será mais um financiamento que as nossas associações poderão beneficiar para realizar e concretizar os seus objetivos. Apelou ao executivo para incentivar as mesmas a participar, uma vez que estarão presentes técnicos da Agência Nacional da Juventude em ação e serão apresentadas os vários programas que a União Europeia está a promover. Sobre o maior encontro de palhaços do mundo, uma iniciativa da Câmara Municipal, que também acabou por promover o bem estar

das pessoas, solicitou esclarecimentos sobre para quem revertia a receita cobrada à entrada, uma vez que era o município a promover o evento, e chamou a atenção para o fato dos artistas de rua, no final de cada atuação, também passarem com um bolsinha a pedir dinheiro às pessoas.-----

-----Foi dada a palavra **Raquel Manuela Salgado Sousa, eleita pelo PS**, que iniciou a sua intervenção dizendo que as crianças eram o nosso futuro pelo que não podiam, nem deviam ficar esquecidas, um país só crescia quando se garantia o futuro das crianças e jovens, pelo que era importante apostar na saúde e na educação de qualidade para todos, o que devia começar logo na primeira fase etária, na infância. Felicitou o trabalho contínuo que a Câmara tem vindo a demonstrar no apoio às crianças e não só, nos apoios escolares mas, também, na formação cultural. Continuou dizendo que os problemas de violência doméstica e no namoro eram cada vez mais um assunto da atualidade que os nossos jovens enfrentavam diariamente, o que não deveria ser um assunto tabu, pelo contrário deviam ser denunciados, pelo que seria necessário que todos estivessem em alerta porque devia ser obrigação de todos nos reeducar e trabalhar sobre esta situação e, a Assembleia com os Jovens promovida pela Câmara juntamente com a CPCJ, veio nesse encontro, de alertar e consciencializar os jovens. Na mesma orientação, esta Assembleia veio, este ano, salientar e reforçar os princípios de participação democrática, sensibilizando os jovens em idade escolar para os valores da democracia e da liberdade que a revolução de 25 de abril devolveu a Portugal. Foi com bastante agrado, que os participantes nestas duas assembleias foram convidados da Câmara a visitar a Assembleia da República onde foram recebidos pelos deputados de Fafe, Laurentino Dias e Clara Marques Mendes. Terminou mencionando as comemorações do Dia da Criança que se realizaram ao ar livre, tendo sido um dia de grande diversão, que contou, ao mesmo tempo, com um caráter pedagógico e de estímulo à cidadania, nomeadamente nas atividades relacionadas com a reciclagem de papel, poupança de água e nas normas de sensibilização à conservação e proteção do ambiente. Através destas atividades foi possível alertar as crianças e jovens para o consumo equilibrado, como uma prática que promove o desenvolvimento, era sabido que os valores defendidos não se transmitiam apenas por palavra mas sobretudo pelas atitudes, atividades tomadas no dia a dia, pelo mais simples gesto que se

fazia. Terminou, salientando a importância deste tipo de atividades para enriquecer o desenvolvimento das nossas crianças e jovens para que se tornem cidadãos autónomos e responsáveis.-----

-----Solicitou, também, a palavra **Armindo Manuel Tavares Fernandes, eleito pelo PS**, para referir alguns dos acontecimentos, que ao longo dos últimos meses, tinha verificado neste Concelho. Desde logo a inauguração da loja interativa do turismo, que colocou Fafe, a par de praticamente todos os Municípios do Porto e Norte de Portugal, num patamar de excelência em relação ao serviço turístico, loja essa que não era só para ser utilizada por quem visita Fafe, mas também, pelos cidadãos fafenses, pelo que deu os parabéns ao Executivo. De seguida, falou na edição que, ainda, estava a decorrer referente ao ciclo dos “canta autores”, que era dirigida a autores e compositores de cantavam as suas próprias composições, tendo Fafe aberto a porta a um ciclo, que durante várias semanas foram acontecendo e, de setembro até ao final do ano, estava preparada uma residência artística onde estará cá um desses autores que ajudará os Fafenses que estejam a dar os seus primeiros passos na música. Sobre as Feiras Francas, começou por dizer que este ano a Câmara tinha mudado algo e que todos os Fafenses ficaram agradados com a mudança, o que significava que era sempre possível inovar aquilo que era tradicional. Essa mudança abriu um espaço que era o Parque da Cidade, fez com que milhares de pessoas se deslocasse a esse local. Prosseguiu afirmando ser importante que todos se orgulhassem pelo fato de voltar a ter em Fafe o Rali de Portugal que era um evento com um peso mundial, em termos de divulgação, existindo em Fafe, nomeadamente na Lamerinha, o melhor troço de rali do mundo e que não era fácil concentrar tanta gente num sítio só como aconteceu aquando da sua realização, pelo que felicitou o executivo por ter investido, sendo que este investimento tinha retorno. Por fim, sobre o encontro dos palhaços, disse que também achava que deveria ser gratuito para determinadas faixas etárias.-----

-----De seguida uso da palavra o **Presidente da Câmara** que prestou os seguintes esclarecimentos:-----

-----Relativamente ao amianto das escolas e sua recuperação, começou por dizer que no próximo quadro comunitário, Norte 20/20, seriam possíveis alguns investimentos, a título final, em equipamentos escolares e escolas, no caso de

Fafe, este quadro abrangia duas das principais escolas deste Município, no valor de aproximadamente seis milhões de euros, que se estavam a contratualizar com o Ministério da Educação, para que fosse promovida a recuperação da Escola Secundária e da Carlos Teixeira, pelo que o processo estava em negociações. Prosseguiu dizendo que também era necessário protocolar com o Ministério da Educação, para que o Município assumisse a obra da parte da Escola Secundária, e à semelhança do que aconteceu com o Quartel da GNR, sendo a obra lançada pela Câmara será possível conseguir-se algumas poupanças, o que estava a ser tratado com a CCDRN. Terminou dizendo que, para além de se resolver a questão do amianto, também serão melhoradas as condições das escolas envolvidas.-----

-Sobre o Jardim do Calvário, disse já ter sido contactado o INCF, sendo a recomendação da Assembleia reencaminhada para esse Instituto para tentar obter o que aqui tinha sido decidido.-----

- Relativamente à sinalização das obras, concordava que a mesma deveria ser melhorada, uma vez que os cidadãos deviam ser mais informados sobre o início e conclusão das obras e sobre os percursos alternativos.-----

- Sobre o estacionamento na Avenida do Brasil, disse que não haveria qualquer dificuldade em ver o assunto resolvido.-----

- Quanto à rotunda, informou que já se estava a trabalhar num projeto para este verão, e com um arranjo simples, sem haver grandes gastos, será possível tornar essa entrada de Fafe mais agradável.-----

- Sobre as taxas aplicadas aos vendedores ambulantes aquando da realização do Rali, disse que se fossem aplicadas as taxas previstas na Tabela de Taxas da Autarquia, os valores a cobrar eram irrisórios, nada concorrenciais e nada que respondesse à quantidade de pedidos e a solicitação do mercado, pelo que foi encontrado uma forma de protocolar com a Naturfafe, para que a mesma pudesse fazer essa cobrança e reduzir à dívida que já tem.-----

- Relativamente à taxa aplicada no Encontro Mundial de Palhaço, disse que este assunto deveria ser revisto no próximo ano, embora as escolas que se deslocaram ao local e foram confrontadas com esse pagamento, acabaram por entrar gratuitamente. Esta iniciativa tinha adquirida uma dimensão cada mais interessante e não se justificando as crianças terem pagar.-----

- Por fim, falou sobre o Parque da Cidade dizendo esperar que até as festas da Cidade ter o verde mais crescido, e também que o Parque Infantil ficasse pronto.-----

- Terminou, pedido a colaboração de todos, explicando que tinham sido abordado pela empresa “Altice” para instalar em Fafe um contacto center que irá disponibilizar duzentos postos de trabalho, no mínimo. Esta empresa já tinha começado em Vieira do Minho, estava a propor criar, em Portugal, quatro mil postos de trabalho, já tinha um contacto center para a Guarda, também estava em conversações com Beja e Bragança. Prosseguiu, dizendo que, se este projeto avançasse, iria ser feito um teste de recursos humanos em conjunto com o Município, o Centro de Emprego e com a Empresa “Randstad”, que representava a firma “Altice” para avaliar se, em Fafe e arredores, existiam pessoas com conhecimento em francês fluente e em informática (básico). Seriam necessários, num primeira fase, conseguir cinquenta pessoas que reuniam estas condições. Esperava que existissem recursos humanos para levar para a frente este projeto. A primeira avaliação iria ser feita no dia 8 de julho, através de entrevistas, existindo muita urgência dado que o contacto center deverá começar a funcionar em Outubro, pelo que os interessados deverão fazer a sua inscrição junto do Gabinete de Inserção Profissional do Município.-----

-----De seguida, o **Presidente da Mesa** deu como terminado o período de Antes da Ordem do Dia, passando-se, imediatamente, para o **Período da Ordem do Dia**. Passou-se, assim, de seguida, ao **ponto dois ponto um – *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade Municipal.*** -----

-----Não havendo intervenções, passou-se, imediatamente, ao **ponto dois ponto dois – Apreciação e votação da Aquisição de Terrenos na Rua Major Miguel Ferreira, freguesia de Fafe, à Cofafe – Cooperativa dos Produtores Agrícolas de Fafe, SCRL;**-----

-----O **Presidente da Mesa** explicou que esta proposta vinha na sequência de uma deliberação que tinha sido tomada na Assembleia Municipal, de vinte e sete de fevereiro, deliberação na qual se entendeu remeter à Câmara a proposta sem votação para que se procedesse a uma nova avaliação por uma comissão de peritos. E entretanto a Câmara remeteu, de novo, a proposta

porque não nomeou a referida comissão visto que, a outra parte comunicou que não aceitava qualquer alteração ao preço ajustado e que não indicava nenhum perito, dizendo poder vir a reclamar a reparação dos danos causados face ao tempo decorrido, pelo que a Câmara remeteu, de novo, este assunto para apreciação.-----

-----Solicitou a palavra **Miguel Cabral Almeida Summavielle, eleito pelos IPF**, para dizer que este assunto era recorrente nessa Assembleia, já tinham tido a oportunidade de dizer que a Cofafe não reunia todos as condições para que fosse feita a escritura, tendo o assunto sido retirado da ordem de trabalhos. Voltou com uma proposta de aquisição, sendo essa proposta baseada numa avaliação feita inicialmente por um técnico da Câmara, e depois por um técnico externo cujo valor não foi visado pelo Tribunal de Contas, por entender que o valor estava muito acima daquilo que era o valor real do imóvel. Prosseguiu dizendo, que se esta Assembleia Municipal aprovasse esta deliberação, estaria, ou estariam os deputados, a cometer uma ilegalidade e isso era algo que todos deviam ponderar, antes de decidir o sentido de voto. Relembrou que o edifício que a Cofafe pretendia vender ao Município era um edifício que estava em vias de classificação e, portanto, tinha uma edificabilidade muito reduzida, pelo que a determinação do seu valor, mesmo utilizando os padrões de mercado, teria obrigatoriamente que passar pela capacidade de construção do mesmo, e se ela era reduzida, o valor teria forçosamente que o ser também. Pelo que não era aceitável que se pretendesse adquirir um imóvel por quase um milhão de euros que, na realidade, valeria bem menos que metade. Para além disso, devia ter-se em consideração, e todos deviam pensar, que devia-se zelar pelo interesse dos concidadãos e, portanto, era a obrigação deles, quando se decidia avaliar o que era proposto, de formar a decidir da melhor forma possível, tendo sido precisamente por isso que, na última assembleia, o Presidente da mesma tinha feito, e todos concordaram, solicitando que este processo fosse tratado com clareza, ou seja nomeando uma nova comissão de avaliação constituída por três peritos do tribunal, um perito representante da cada uma das partes, o vendedor e o comprador e, desse forma, teria se chegado a um valor que fosse mais justo por ser, seguramente, mais consensual, entre cinco visões diferentes. Não tendo o vendedor aceitado participar nesta diligência, era, agora, proposto que se decidisse sobre a

compra tal e qual como ela estava. Naturalmente, que os Independentes por Fafe, não poderiam, de forma alguma, votar favoravelmente esta decisão, abstendo-se, apelando para que a Câmara Municipal de Fafe fizesse o que lhe competia, efetivamente, fazer e devia fazer-lo, iniciando um processo de expropriação, onde, naturalmente, iria acontecer o que se pretendia, sendo indicado um conjunto de peritos que iriam avaliar de forma isenta o imóvel, ninguém pretendia prejudicar a Cofafe, mas também, seguramente, nenhum dos deputados estava em condição de aceitar que o Município de Fafe fosse prejudicado.-----

-----Foi dada a palavra a **Maria Leonor Pereira Oliveira Castro, eleita pela CDU**, que começou por dizer que não sabia como este problema seria resolvido, era certo que ele continuava a existir, e que deixava mal, na fotografia, os anteriores executivos. Afirmou que a CDU era a favor de que a aquisição dos terrenos fosse feita pelo preço justo, e, como era óbvio, será contra a aquisição feita nestes termos, anunciando, que, nesse momento e da forma como a proposta estava apresentada, a CDU votaria contra neste ponto e no seguinte.-----

-----Solicitou a palavra **Armindo Manuel Tavares Fernandes, eleito pelo PS**, para dizer que o entendimento do Partido Socialista era que se um negócio já tinha sido começado à doze, treze anos atrás, tinha um perfil próprio, e nessa altura, quer a Câmara, quer a entidade vendedora, seguiram a tramitação legal toda, foi feita a avaliação própria pelas duas partes, tendo chegado a um acordo, no entanto este negócio demorou, por várias razões, a ser levado em discussão à reunião de Câmara. Posteriormente tinha sido remetido a esta Assembleia, para aprovação e, de fato, já eram muitas as sessões em que este assunto tinha sido discutido. Mas partindo do princípio que os contratantes da época agiram de boa fé, nem ele, nem o PS punha, em causa, atos desse tipo como sendo aqui qualquer traficâncias de interesses quaisquer que sejam, porque ao pôr em dúvida isso, seria o que estariam a dizer, quando se pode hoje comprar mais barato que quando o negócio foi feito, disse ser evidente que se hoje fosse feita nova avaliação o preço seria mais barato, mas o problema era que os valores tinham que ser ajustados à época em que o negócio se iniciou. Prosseguiu dizendo que, o Partido Socialista não tinha dúvidas acerca da honorabilidade das partes, achando que todo o

processo tinha sido tratado abertamente e com alguma transparência, a exigível por lei, pelo que acompanhando a decisão da Câmara, iam votar favoravelmente.-----

-----Foi dada a palavra a **Jorge Adélio Martins Pereira da Costa, eleito pelo PSD**, que começou por dizer que o PSD, desde logo, manifestou interesse claro em que este processo fosse o mais transparente possível, fazendo-o porque entendiam que os valores apresentados eram acima daquilo que, de fato, lhes pareciam ser o valor razoável para esta aquisição. Prosseguiu, dizendo que na última assembleia municipal, por proposta do PSD entregue à mesa, que veio a ser alterada, foi solicitada a criação de uma comissão colegial, como já tinha sido explicado, para que, mais uma vez, este processo fosse clarificado, deste essa hora que o Senhor Presidente da Câmara fez entender aquilo que era a sua motivação, para que este processo fosse mais claro, uma vez que se poderia estar a incorrer em prejuízos futuros para o Município, com os atrasos reiterados da não decisão sobre este assunto. Entendia que, todos os esforços que deveriam ser tomados nesta matéria, não foram efetivamente feitos porque, de fato, a não nomeação por parte do proprietário dos terrenos, não era impeditiva, por si, para que essa avaliação fosse efetuada, pelo que poderia ter havido um esforço maior para além daquele que foi feito, no sentido de que a mesma se tivesse realizada, de modo a salvaguardar todos os envolvidos, uma vez que se estava a falar da gestão de dinheiros públicos. Disse que o PSD não podia apoiar a aprovação da aquisição destes terrenos, mas que entendia, o fato do Presidente da Câmara querer honrar aqueles que eram os compromissos que o Município tinha do passado, abstendo-se nestes pontos.-----

-----Solicitou de novo a palavra **Miguel Cabral Almeida Summavielle, eleito pelos IPF**, para dizer que tinha feito, efetivamente e parece que tinha sido mal entendido, um esforço por ser, naquilo que diz respeito à tomada de decisão do anterior executivo, o menos explícito possível, mas uma vez que aqui tinha sido falado, disse que este era mais um dos presentes que o Senhor Presidente tinha herdado daquele que terá sido o melhor mandato de sempre. Respondeu ao deputado Armindo Fernandes dizendo que a avaliação tinha de ser feito de acordo com os valores à época e, naturalmente, as regras de determinação dos valores assim o faziam, ou seja o valor avaliado hoje e

passível de ser colocado à data onde a transação deveria ter sido feita, disse, também, que um imóvel de maior dimensão e com maior aptidão construtiva foi transacionado, na mesma época, por metade do valor, pelo que não podia de forma alguma aceitar que uma avaliação que foi feita, seguramente a pedido, para resolver alguns problemas, se tenha constituída como compromisso que agora todos tinham que validar, porque na realidade só interessou a alguns.-----

-----Foi dada a palavra a **Armindo Manuel Tavares Fernandes, eleito pelo PS** para dizer que entendia que, pudessem existir dúvidas, mas que este negócio se arrastava à demasiado tempo e que ambos resultaram na execução de obra pública feita no local, antes da celebração do contrato final. Havia algo nisto que já o ultrapassava, ou seja, a haver dúvidas nos espíritos, quaisquer que fossem, de que existisse aqui qualquer coisa para resolver o problema de alguém, o mesmo continuava por resolver. No entanto, quando existissem dúvidas, existiam entidades próprias para as dirimir ou seja se existissem dúvidas fundadas que o negócio teria qualquer coisa que não era muito transparente, que tivesse havido aqui tráfico de influências, os tribunais estariam prontos para julgar.-----

-----Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para dizer que, como já tinha dito na última sessão, existia um esforço para resolver este assunto, para que a Câmara pudesse honrar os seus compromissos bons ou maus. Disse entender que não era legítimo arrastar por tanto tempo este assunto, sem ter um perspectiva para se concretizar. Ao contrário do que aqui tinha sido dito, este processo não tinha ido a visto do Tribunal de Contas, porque nunca foi feito contrato. Prosseguiu, dizendo que o empréstimo que estava a seguir só seria utilizado se este processo for visado e par este fim, e a ideia de se contrair esse empréstimo, era utilizar a capacidade de endividamento da autarquia para poder resolver este assunto, mutualizar a dívida, não tendo dessa forma impacto no orçamento de uma vez e poder ser deferida no tempo durante doze anos.-----

-----O **Presidente da Mesa** usou da palavra para dizer que lhe estava a incomodar esta proposta e a respetiva votação. Explicou que era inacreditável como se tinha iniciado um procedimento para compra de um bem à uma dúzia de anos, tendo a compra, desse bem, já passada à sua frente à oito anos e sido aprovado em 2007, e não tendo sido, desde então, feito o contrato e a

escritura e portanto pago vinha em 2015, de novo, a esta assembleia, para aprovar, porque o preço até podia ser o mesmo, mas as condições, o prazo de pagamento e as prestações eram diferentes. Disse que não tinha nenhuma razão para duvidar da honorabilidade dos três peritos que assinaram o auto que determinou o valor de pagamento de aproximadamente novecentos mil euros, como também, não tinha para duvidar da honorabilidade dos membros do executivo municipal e da assembleia municipal, onde se incluí-a, e que à uns anos atrás votaram esta aquisição, mas por nesta mesma assembleia se ter procurado encontrar uma solução que pudesse dar um novo laço ao assunto, e não o tendo conseguido, a que todos compromete-se numa deliberação, que era preciso tomar, o que o incomodava era participar numa votação da aprovação de um preço a pagar pelo erário público a uma entidade, sendo que nesta mesma assembleia e no debate sobre esta proposta tinham, já sido feitas afirmações de suspeição grave, relativamente aos valores em causa e a favorecimento, tendo de uma forma muito leve e sumariamente sido admitida como possível, pelo que poderiam estar a votar, favoravelmente, uma proposta de boa fé, tendo este organismo pessoas que achavam e disseram, aqui, ficando em ata, que suspeitavam deste contrato, deste negócio e que talvez tivesse havido favorecimentos ou exagero de valores, portanto era-lhe difícil votar favoravelmente esta proposta. Aos longos destes anos todos de prestação pública, a única coisa que todos queriam era incorrer em infrações, que amanhã, o Ministério Público ou o Tribunal de Contas fizesse impender sobre a Assembleia Municipal e sobre todos nós. Prosseguiu dizendo, se todos estivessem de acordo em votar favoravelmente estas propostas, não era ele que se punha de fora, iam todos responder por isso, agora percebeu que a votação que iam fazer, ia deixar claro a enorme dúvida já levantada neste debate e irá por isso inquinar esta deliberação e, irá trazer amanhã dissabores futuros à Assembleia e ao próprio Município. Entendeu que se não fossem votadas essas duas propostas e a terceira que era a proposta de financiamento para pagar estes preços, e se fosse feita uma exposição a uma entidade pública dando conta do embaraço que significava, nesta altura, tomar deliberações sobre estas matérias e pedir parecer sobre o que devia fazer este município para honrar o seu compromisso de pagar o preço justo nos dois

casos e ficassem, todos os autarcas, a coberto de qualquer tipo de responsabilidades, entendia que seria bom.-----

-----O **Presidente da Câmara** pediu a palavra para esclarecer que a primeira proposta, que já tinha estado nesta Assembleia, e que nunca tinha sido feito contrato e nunca tinha ido a visto do Tribunal de Contas, tinham sido levantadas umas questões que tinham a ver com o registo e só voltou agora porque essas questões foram agora resolvidas, pelo que esta proposta terá de ser submetida a visto do Tribunal de Contas, quando ao ponto seguinte a autarquia já tinha aprovado, e voltou outra vez aqui, porque o Tribunal de Contas não visou o contrato, pelo que não tinham sido levantados processos disciplinares a ninguém, e agora foi reduzido o valor tendo sido feita uma avaliação pelo perito do Tribunal de Contas e da lista oficial de peritos, limitando-se o terreno a comprar, somente ao que tinha a escola implantada e não o negócio que estava feito inicialmente, que era a aquisição da quinta toda. Disse perceber que este processo, em termos políticos, tinha alguns contornos complicados e difíceis, podia ter sido em mau negócio, um negócio caro, mas esta era a forma de assumir os compromissos e estando salvaguardado com a questão do Tribunal de Contas porque tanto a primeira proposta como a segunda irão ter que ir a visto. E caso, o Tribunal de Contas venha a chumbar estes processos, fará abrir, obrigatoriamente, um novo passo para que os proprietários renegociem os preços, porque naquele momento a posição deles era simples, eles fizeram os negócios baseados nos valores, os terrenos foram utilizados durante estes anos todos, se não forem aprovados eles pedirão para que a Câmara retire os equipamentos instalados.-----

-----Posteriormente, solicitou, novamente, a palavra **Miguel Cabral Almeida Summavielle, eleito pelos IPF**, para dizer que as afirmações que tinha feito, faria-as onde quer que seja e em qualquer circunstâncias, até porque não eram novas, já as tinha afirmado em 2007, estava apenas a repetir aquilo que naquela altura tinha tido, explícita e claramente. Disse ao Presidente da Mesa que valeria, para descanso de todos, a pena pedir o visto prévio ao Tribunal de Contas e forçar um pouco quem estava a vender, até porque no caso da Cofafe, à época, a mesma não tinha condições de celebrar o contrato, dado que os terrenos não estavam em nome da Cofafe e assim sendo, não poderia vender, por não ser a proprietária. O negócio não tinha sido feito por culpa do

Município, mas porque o vendedor não tinha condições para o fazer, ainda em 2014..-----

-----Foi dada a palavra a **Maria Cristina Azevedo Pinho Sousa, eleito pelos IPF** para dizer que o mal era a pressa de se fazer as obras sem as coisas estarem devidamente legalizadas, os Municípios deviam estar sujeitos ao mesmo modo que os munícipes estavam, uma vez que o munícipe nunca poderia fazer obras num terreno que não lhe pertencesse, a Câmara não autorizaria. Afirmou não conceber que o Município estivesse sujeito a regimentos e infrinja as leis as quais os munícipes devem respeitar rigorosamente.-----

-----O **Presidente da Mesa** perguntou à Câmara se, face daquilo que foram algumas das intervenções na sessão, mantinha a proposta, tendo o **Presidente da Câmara** respondido que queria que a mesma fosse colocada a votação.-----

-----Não havendo intervenções, foi colocado à votação, sendo **aprovado, por maioria, com dezasseis votos a favor, treze votos contra e dezassete abstenções** .-----

-----Seguidamente, passou-se para o **ponto dois ponto três - Apreciação e votação da Aquisição das parcelas de terreno ocupadas com a Escola EB 2,3 de Arões Santa Cristina.**-----

-----Usou da palavra o **Presidente da Mesa** para explicar que esta proposta é semelhante ao ponto anterior.-----

-----Solicitou a palavra **Maria Leonor Pereira Oliveira Castro, eleita pela CDU**, para dizer apenas que louvava a atitude deste executivo em honrar os compromissos autárquicos, também, louvou a consciência com que faz as coisas e apesar, desta vontade de honrar, continua convencida de que não devia votar favoravelmente estes documentos, mantendo-se o seu sentido de voto.-----

-----Não havendo intervenções, foi colocado à votação, sendo **aprovado, por maioria, com dezanove votos a favor, treze votos contra e catorze abstenções** .-----

-----O grupo parlamentar do PSD apresentou à mesa uma declaração de voto, para este e o anterior ponto, com o seguinte teor: "Foi inscrito no 2.2 da Ordem de Trabalhos "Apreciação e votação da proposta da Câmara de aquisição de terrenos na Rua Major Miguel Ferreira, freguesia de Fafe, à

Cofafe” e ponto 2.3 “Aquisição dos terrenos ocupados com a Escola EB 2,3 de Arões Santa Cristina”. Na última reunião da Assembleia Municipal, foi deliberado, num caso por unanimidade e noutro com uma abstenção, que o montante a pagar aos proprietários dos prédios adquiridos pela Câmara Municipal, para a Escola de Arões Santa Cristina e para o Parque de Estacionamento da Biblioteca, teria de resultar da avaliação a realizar nos termos do Código das Expropriações, isto é, com cinco peritos, três a indicar pelo Tribunal da Relação e mais um de cada parte. Esta proposta foi apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD. Teve agora conhecimento o grupo parlamentar do PSD, que os particulares se recusaram a indicar peritos para integrar o colégio avaliador. Entende este grupo parlamentar que esse fato não é impeditivo de se proceder à avaliação nos termos aprovados por esta Assembleia Municipal. Apesar disso, parecer ser propósito do PS, proceder ao pagamento sem a previa e deliberada avaliação. Sabemos que tais compromissos decorrem da governação socialista dos mandatos passados. Porque não concordamos, não podemos apoiar a decisão de se proceder ao pagamento sem uma justa e adequada avaliação. No entanto, se a vontade do PS é pagar, então que o faça por sua única conta e risco. Por tudo isso, decidi este grupo parlamentar, abster-se.”-----

-----Posteriormente, passou-se ao **ponto dois ponto quatro – Apreciação e votação da Proposta de Empréstimo de Médio e Longo Prazo para Financiamento dos Projetos de Aquisição dos Terrenos da EB 2,3 Arões Santa Cristina e Rua Major Miguel Ferreira – Biblioteca.**-----

-----Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para explicar que ao votar este empréstimo estavam a votar um assunto diferente, já não era para fazer ou não o contrato, apenas a forma de serem financiados caso sejam celebrados.-----

-----Solicitou a palavra **Miguel Cabral de Almeida Summavielle, eleito pelos IPF**, para justificar o sentido de voto dos Independentes relativamente a esta votação e, não tinha nada a acrescentar aquilo que já dito o Senhor Presidente, independentemente do seu sentido e da sua oposição claríssima à realização dos dois negócios, nada tinha a ver com o fato de entenderem que à nível de gestão do dinheiro público, fazia todo o sentido que o Município contraísse exatamente um financiamento para não ter obrigatoriamente que

assumir o encargo de imediato neste ano, e portanto, iam abster-se nesta votação.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada à votação, sendo **aprovado, por maioria, com doze abstenções.**-----

-----De seguida, passou-se ao **ponto dois ponto cinco – Apreciação e votação da 9ª modificação – 2ª revisão aos documentos previsionais - 2015 ;**-----

-----Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para dizer que, tinha terminado um quadro comunitário e existiam disponíveis algumas verbas que resultaram de projetos e obras onde não foram gastos os recursos todos que estavam disponíveis para esta região. Estando a CCDRN a receber um conjunto de candidaturas a que podiam concorrer projetos que tinham capacidade de se concretizar rapidamente ou, eventualmente, já estariam feitos. No Município, existia um conjunto de obras já feitas que não tinham sido financiadas e poderiam tê-lo sido, foram, por isso, apresentadas essas candidaturas, tendo a expectativa do Senhor Presidente da CCDRN, de vê-las todas aprovadas, neste momento, já tinham três aprovadas, com uma receita de um milhão de euros já garantida. Por outro lado, existia a questão das casas da Urbanização José Saramago para a qual tinha sido feito um empréstimo de 2,5 milhões de euros, no ano passado, para poder fazer face ao compromisso que havia de comprar o primeiro lote das vinte e cinco casas, as outras quinze foram pagas com o orçamento da autarquia sem recurso a qualquer financiamento externo, estando as casas todas vendidas, faltado algumas serem escrituradas, estando a entrar receita. Afirmou que eram boas notícias, pelo fato de haver um acréscimo da receita do Município que implicou uma revisão orçamental. Prosseguiu dizendo que a Autarquia terá a receita que resulta da venda das casas que será de um milhão oitocentos e setenta e cinco mil euros, para amortizar o empréstimo que foi feito, no ano passado, e o restante da verba irá para alguns projetos de regeneração urbana na cidade e nas freguesias, bem como para reforçar as verbas das rubricas, que ao longo destes seis meses, foi necessário retirar e, também para o abastecimento de água e as refeições escolares. Explicou que estes reforços foram feitos nestas obras uma vez que as mesmas deixaram de ser financiadas, não existindo

hipóteses de se ir buscar financiamento para as executar, pelo terão de ser feitas com o orçamento do Município.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação, sendo **aprovada, por maioria, com dez abstenções**.-----

-----De seguida, passou-se para o **ponto dois ponto seis – Apreciação e votação da Prestação de Contas Consolidadas 2014**.-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que explicou que esta proposta era uma inovação, por obrigação legal, a autarquia tinha agora de consolidar as suas contas com as participações que tinha em empresas ou cooperativas. Apenas, tinham a Naturfafe, e como se podia verificar no documento anexo, a Naturfafe dependia muito do Município, tendo um impacto reduzido nas contas.-----

-----Solicitou a palavra **Manuel Fernando Marinho Alves, eleito pelos IPF**, para dizer que as contas da Naturfafe, que também era uma obrigação legal, não vieram à Assembleia.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação, sendo **aprovada, por maioria, com dez abstenções**.-----

-----Passou-se para o **ponto dois ponto sete – Apreciação e votação da Proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal de Fafe**.-----

-----O **Presidente da Mesa** comunicou que a Câmara tinha remetida uma errata ao Regulamento, que foi distribuída pelos presentes, que passou a fazer parte integrante da proposta.-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que começou por dizer que era o último passo deste processo de revisão do PDM, foi uma aposta do Município tentar resolver esta questão que já se arrastava à muitos anos, concentrando os esforços no Departamento de Gestão Urbanística, conseguiu-se levar esta obra a bom porto, trazendo uma proposta que já tinha merecido a aprovação de todas as entidades que deviam pronunciar-se, que eram muitas, era um documento essencial para o desenvolvimento harmonioso e moderno do concelho, que se pretendia que fosse ordenado e que tivesse perspetivas de desenvolvimento adequadas. Este processo foi o mais participado possível, foram feitas oito reuniões pelas freguesias, antes tinha havido Workshops sobre esta matéria, abriu-se o processo à participação de todos que o pretendesse fazer, o processo esteve disponível durante trinta dias seguidos,

sábados, domingos e feriados. Todos as pessoas tiveram oportunidade de se pronunciar sobre ele, de fazer os suas reclamações e, apesar de tudo, considerou que foi um trabalho meritório, bem feito, um trabalho que resultou num aumento global, no município, da capacidade urbanizável dos terrenos. Poderá não ser bom para todos, até porque neste processo nem todos os pedidos foram atendidos, das quase seiscentas reclamações recebidas, 30 % tiveram aprovação total ou parcialmente. Nesta revisão do PDM, foi conseguido dar uma resposta que ia ao encontro, o mais possível, dos interesses e as vontades dos cidadãos de Fafe. Seguramente, haveriam pessoas que não estavam satisfeitas, existirá um ou outro pormenor que não foi contemplado mas pediu para que acreditasse que, da sua parte, tinha havido a maior boa vontade para que os serviços pudessem satisfazer o mais possível e, ir de encontro o mais possível dos desejos dos cidadãos, nem sempre foi possível porque existem imensos condicionantes desde logo, o Ministério da Agricultura, o Ministério do Ambiente, o ICNF, etc. Considerou que este será o ponto final do todo este processo, depois este documento será entregue para publicação no Diário da República, sendo um acontecimento que todos se orgulhavam.-----

-----Solicitou a palavra **Miguel Cabral de Almeida Summavielle, eleito pelos IPF**, que começou por dizer que tinha algumas dúvidas, o Presidente da Câmara disse, e bem, que tinham sido cumpridos os diversos pareceres emitidos, só lhes tinha chegado um, o da Comissão de Coordenação e da leitura que fez, haviam pontos desse parecer que não estavam vertidos neste Regulamento, passou a ler "parece nos, ainda, importante reduzir o índice máximo de utilização do solo previsto no artigo 55º ponto 3 a), 0,8, de modo a que não iguale ou supere o adotado no artigo 57º para os aglomerados rurais, 0,6, e adotando, preferencialmente, o índice inicialmente previsto, de igual modo reitera-se a recomendação...". Assim sendo, não cumprem o que é solicitado pela CCDR e que estava na base do seu parecer favorável à revisão do plano diretor municipal. Depois o Senhor Vereador fez chegar um documento, uma errata que procura, no seu entendimento, fazer um enquadramento da questão do prédio dito da Sacor, disse discordar porque o que diz o ponto 5 do artigo 66º, diz que para os espaços centrais, que era o caso, podiam ser definidas áreas de habitação unifamiliar e plurifamiliar e ainda

novas áreas habitacionais com edifícios com número de pisos superior ao máximo estabelecido nos números 1 e 2 do presente artigo e novas áreas de moradias desde que cumprissem os restantes parâmetros urbanísticos referidos nos números 1 e 2, conduziam a qualificação do espaço urbano e concretiza-se uma integração harmoniosa com os espaços e funções envolventes". O que no seu entendimento dificilmente seria justificável no prédio da Sacor, sobretudo quando os próprios técnicos tinham dado parecer negativo a esta deliberação, que não se cansava de repetir, tinha sido uma deliberação tomada pelo ex presidente José Ribeiro, por sua própria iniciativa e contra os pareceres dos técnicos. Por último, disse que particularmente e pessoalmente, haviam muitas questões nas quais não concordavam, com o plano diretor municipal, principalmente na forma como era feito o planeamento do território. Conforme já tinha dito, este executivo apanhou o comboio em andamento, fizeram um trabalho meritório, independente disso e para os IPF o mais importante era que o PDM efetivamente fosse aprovado e entrasse em vigor, pelo que iria abster-se na votação.-----

-----De seguida, usou da palavra **José Augusto Rodrigues de Sousa, eleito pelo PSD**, começou por dizer que estavam perante um instrumento essencial e vital para o desenvolvimento do território e para o planeamento. Sabiam que muitos achavam que era impensável no prazo tão curto aprovar um documento desta natureza, mas tendo em conta a persistência, dedicação e empenho do Dr. Eugénio Marinho, isto foi possível. Naturalmente que houve a solidariedade do Presidente da Câmara, bem como será de enaltecer o seu trabalho, também. Relativamente ao plano diretor municipal, naturalmente que poderá não ser o plano ideal mas será aquele que mais se aproxima do ideal, porque nem todas as coisas são ideais, foi um plano apresentado aos munícipes, aos autarcas, debatido publicamente e foram prestados todos os esclarecimentos, até havia uma comissão itinerante pelo concelho para tentar elucidar aqueles que o pretendiam. Disse que se tratava, no seu modesto entender, de um documento perfeito, não era um documento acabado porque não podia ser um documento estático, era um documento que efetivamente tinha de ser monitorizado, de ser avaliado para se adaptar aquilo que, eventualmente, poderá aparecer no futuro sendo um documento planeado para uma década, estando a Câmara de parabéns.-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Junta de Freguesia de Cepães e Fareja**, para dizer não podia estar de acordo com este plano diretor municipal pela seguinte razão, uns terrenos pertencentes a esta Junta rodeados por aglomerados ficaram fora da zona de construção. Tratava-se de um terreno que seria para valorizar para vender, para investir na freguesia, que não se admitia que ficasse de fora desta revisão. Foram efetuadas trinta e sete reclamações na sua freguesia e apenas sete foram aprovadas parcialmente, pelo que comunicou que, na hora da votação, se retiraria da sala.-----

-----Solicitou a palavra **Miguel Cabral de Almeida Summavielle, eleito pelos IPF**, para pedir desculpa e esclarecer que quando se referiu ao sentido de voto deste ponto, estava se a referir ao dele e não ao do seu grupo.-----

-----Por fim foi dada a palavra a **Jorge Adélio Martins Pereira da Costa, eleito pelo PSD**, que iniciou dizendo que tinha três breves notas a dizer sobre este assunto. Primeiro, tinha de fato a ver com os três elementos novos deste executivo que trouxeram vivacidade e algo de novo, ao Senhor Presidente da Câmara que tinha definido, nesta Assembleia Municipal, como prioridade política máxima, para este mandato, terminar o plano diretor municipal. E isto foi possível, graças ao empenho, mais reconhecido do Vereador Eugénio Marinho e da sua equipa, de fato os funcionários do município empenharam-se nesta matéria para um dos temas, que era a segunda nota que aqui queria referir, nomeadamente pelo anterior presidente da Câmara, que nesta mesma assembleia, quando foi lançado o plano diretor municipal, augurou que não teriam, em condições normais, hipóteses para terminar este PDM, pelo que dava os parabéns pela determinação e por em tempo record conseguir criar um plano diretor municipal que visa vetores muito importantes para o desenvolvimento do nosso município. Não podendo esquecer, numa matéria em particular, que tem a ver com as zonas industriais, que este PDM visa a criação da zona industrial de Regadas e duplica as outras duas zonas existentes e isso não tinha sido feito por acaso. Tinha sido feito porque, de fato, se perspetiva o redimensionamento daquilo que é o nosso município. O terceiro ponto tinha a ver com o movimento dos independentes por Fafe, que afirmaram, várias vezes, e reiteradamente da mesma forma do que nós, nesta Assembleia, alertaram para a necessidade de haver um plano diretor municipal em Fafe e foi com muita estranheza que nos vários colóquios, nas várias

conferências e nos workshops que o município proporcionou que se assistiu à ausência de propostas da sua parte. Teceu, ainda, vários comentários políticos. Sobre a intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Cepães e Fareja, disse compreender as suas preocupações, mas ele também deve convir que das reclamações que existiram, obviamente, que foram tidas em consideração sete porque, de fato, só deveriam ser essas que estavam em condições de ser aprovadas. Disse, não ter terrenos em Cepães, tinha outros que, também, não tinham sido beneficiados.-----

-----O **Presidente da Mesa** usou da palavra para se congratular pelo fato de finalmente a Assembleia Municipal aprovar o plano diretor municipal, pelo que apresentou os seus cumprimentos ao Executivo. Informou que não participaria na votação porque tinha sido um dos reclamantes.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação, sendo **aprovada, por maioria, com duas abstenções**.-----

-----Seguidamente passou-se para o **ponto dois ponto oito – Apreciação e votação da Cedência dos Edifícios da Escola Primária e da Escola Pré-Primária de Fornelos à freguesia de Fornelos**.-----

-----Foi dada a palavra a Presidente da Câmara explicou que, como tem sido habitual, existiam em Fornelos duas escolas que iam ficar disponíveis com o início de funções do Centro Educativo de Montelongo. A cedência seria feita pelo preço simbólico habitual. A freguesia estava com um grave problema na alargamento do cemitério.-----

-----Solicitou a palavra **Maria Leonor Pereira Oliveira Castro, eleita pela CDU**, para dizer que em relação a proposta apresentada pela Junta de Fornelos, pareceu-lhe fazer todo o sentido, no entanto, e em relação a este ponto, não poderia deixar de lembrar que na reunião de fevereiro, nesta assembleia, foi aprovada uma moção para que a Câmara elaborasse um regulamento de cedência de edifícios municipais, ao trazer a esta Assembleia esta proposta, a Câmara ignora, de certa forma, essa deliberação. Seria tão urgente ceder estes edifícios ou seria tão difícil, assim, elaborar um regulamento que permitisse a transparência e esclarecesse os procedimentos, até porque se a proposta em fevereiro foi aprovada por maioria, com três abstenções e três votos contra, a partir do momento em que se dariam

sequência as propostas nesse sentido, estariam a ir contra aquilo que, nesta Assembleia, se decidiu, pelo que irá votar contra.-----

-----Foi dada a **palavra a José Manuel Gonçalves Domingues, eleito pelos IPF**, para dizer que, parte do que queria dizer tinha sido dito por Leonor Castro. Tinha havido uma proposta de execução de uma espécie de um protocolo de cedência onde ficasse definidas as condições e obrigações, inclusive uma eventual cláusula de reversão dos edifícios caso ele não fossem utilizados para aquilo que foram solicitados e cedidos. Acrescentou ainda que, sem prejuízo de considerar que este tipo de edifício deve permanecer do domínio público da Câmara, da Junta de Freguesia, lhe pareceu extemporânea, se não precipitado mesmo, o pedido da Junta de Fornelos, que foi na data em que foi, quando as aulas ainda estavam a decorrer.-----

-----Solicitou a palavra o **Presidente da Câmara**, para dizer que gostava de regulamentos e entende que eram boas medidas, e que o referido regulamento estava a ser preparado. A questão da Junta de Fornelos era uma questão urgente, razão pela qual foi trazido a esta Assembleia, a data do ofício era de dezanove de fevereiro, e segundo informação do Presidente da Junta de Freguesia, a situação relativa ao cemitério, naquela freguesia estava muito complicada, não existindo terreno para enterrar mais pessoas, claro que entendeu que não era muito adequado aproveitar as férias, como foi sugerido, para reduzir ao recreio e crescer ao cemitério, mas neste momento faria todo o sentido.-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Junta de Freguesia de Fornelos** que explicou que, desde que está na Junta, deparou com uma situação muito grave que era relativamente ao cemitério. Prosseguiu dizendo que o mesmo estava completamente lotado e não existe uma campa disponível para, no caso de um falecimento, o que já tinha acontecido e levou os familiares a pedir campas emprestadas, o que não se justificava, pelo que apelou à Câmara para tentar resolver esta situação, pelo que já, em fevereiro, tinham solicitado para que as obras fossem feitas na férias da Páscoa. Como não foram feitas, e entendia o porquê, era agora urgente resolver esta situação. Referiu que tinham grandes projetos para estes edifícios e que, em breve, estariam ao serviço da população.-----

-----Solicitou a palavra **José Manuel Gonçalves Domingues, eleito pelos IPF**, para dizer que se esta cedência era para ampliar o cemitério, no pedido nada era mencionado sobre a mesma, não duvidava que as freguesias tivessem bons projetos para os edifícios, mas com o regulamento, todas as freguesias onde existissem escolas que, potencialmente vierem a ficar devolutas, saberiam o direito que tinham, assim sendo seria sempre uma decisão casuística.-----

-----Solicitou a palavra, novamente, **Maria Leonor Pereira Oliveira Castro, eleita pela CDU**, para dizer que conhecia o problema da falta de espaço no cemitério em Fornelos, era um problema que, também, a preocupava, quando dizia que reconhecia toda a pertinência a proposta apresentada pela Junta. Obviamente que estava a ler a mesma, ou seja, o motivo da urgência não era referido, pelo que isto só vinha reforçar o seu pé atrás, não contra a proposta, não contra a necessidade de criar condições, mas, de fato, mais uma vez nesta Assembleia, se estava a contrariar aquilo que esta Assembleia já tinha decidido, pelo que teria de votar contra.-----

-----O **Presidente da Mesa**, antes de colocar à votação esta proposta, disse que se era verdade que a Assembleia tinha aprovado uma proposta de recomendação à Câmara para que elaborasse um regulamento para cedência de edifícios públicos a outras entidades, nomeadamente às Juntas de Freguesia, era verdade que, quando deliberou, não fixou nenhum prazo, nem condicionou as suas deliberações futuras à existência desse regulamento pelo que, quando muito, se poderia dizer que se insistiria junto da Câmara para ter em atenção essa deliberação.-----

-----Colocado à votação, **foi aprovado, por maioria, dez votos contra e com uma abstenção**.-----

-----Passou-se para o **ponto dois ponto nove – Apreciação e votação da proposta da Câmara relativa às alterações ao Regulamento de Bolsas de Estudo do Município de Fafe 2015/2016**;-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente de Câmara** que explicou que se tratavam de pequenas correções de pormenores que a aplicação prática do processo relevou que o regulamento não estaria muito ajustado, apesar de, quer a autarquia, quer a assembleia e a comissão respetiva, o terem analisado. Uma delas resulta da alteração do artigo 5º para poder incluir os mestrados,

que na anterior redação não permitia, e existindo mestrados que ficam na sequência do plano de estudos, existindo cursos que depois de Bolonha estavam organizados em licenciaturas e mestrados e os estudantes iniciam a licenciatura e não interrompendo, continuando no mestrado, e assim sendo poderá incluir esses jovens, por não lhe parecer justo que não recebesse a bolsa. Continuou dizendo que era também para permitir pagar com efeitos retroativos a sua atribuição, tal como acontece com a bolsa de estudo do estado. Pelo que estas correções eram apenas para afinar o programa do Município com o do Estado, pelo que, se fosse possível, agilizar o processo para que os jovens em outubro já pudessem beneficiar do mesmo.-----

-----Solicitou a palavra **Miguel Cabral de Almeida Summavielle, eleito pelos IPF**, para dizer que as alterações deveriam ser remetidas à comissão de análises, e se, de fato, o interesse era começar em outubro, haveria uma assembleia em setembro e que tinha a certeza absoluta que a Comissão de Análises se comprometeria a rever este assunto dentro do tempo necessário.---

-----De seguida tomou a palavra **Rui Sandro Novais da Silva, eleito pelo PSD**, para louvar este executivo, porque de fato, ter implementado este regulamento de atribuição de bolsas e atribuí-las a jovens carenciados. Era algo importante para os jovens de Fafe, para que possam prosseguir os seus estudos com a maior tranquilidade e conseguir concluir-los, sem nunca terminar por falta de condições financeiras, mas também dizer que, relativamente a estas alterações, era de fato importante integrar, também, os mestrados do 2º ciclo. Prosseguiu, dizendo, que também louvava a juventude social democrática por ter proposto esta criação do regulamento de atribuição de bolsas, sendo uma grande vitória para os jovens de Fafe, no entanto, em todas as assembleias municipais e sempre que era preciso pronunciar-se sobre estes pontos e mesmo nas próprias comissões indicava-se e referia-se sempre que, mesmo concordando com este apoio a estudantes que já eram apoiados pelo Estado, entendiam que era importante apoiar os estudantes que se candidatavam a bolsa do estado e ficavam de fora, pelo que os estudantes a quem o município atribuída bolsa, estavam a ser duplicadamente financiado pelo Estado e pelo Município. Pelo que chamou a atenção e entendia que o que deveria, de fato, ser levado à Comissão era analisar os cálculos, tendo em conta os rendimentos do agregado familiar, como o aproveitamento escolar

dos estudantes que ficaram fora do diploma da ação social, esses que eram prioritários porque acabavam, muitas vezes, por abandonar o ensino superior e a diferença de rendimentos do agregado familiar é muito minoritário face aos que são aprovados. Questionou o Presidente da Câmara, tendo em conta que já tinham sido atribuídas bolsas a alguns estudantes, sobre o total de jovens de Fafe que já receberam bolsas de estudo, saber o número de processos indeferidos e quais os motivos. Aproveitou para, relativamente, ao ponto seguinte, dizer que não sabia o fato do aumento de verba para atribuição de bolsas, tinha a ver com a grande medida que este Governo tinha tido à duas semanas atrás em ter alterado o regulamento de atribuição de bolsas a estudantes do ensino superior face à questão do indexante do agregado familiar de 14 ias para 16. Se fosse, por esse motivo e tendo em conta que se iam ainda angariar mais jovens no ensino superior no próximo ano, a nível nacional, também parabenizar, este executivo por ter dado um passo em frente, nesta matéria.-----

-----O **Presidente da Câmara** disse que eram à volta de trezentos os jovens mas que, posteriormente, confirmaria este número e que a outra situação já estava a ser estudada pelos Serviços.-----

-----Colocado à votação, **foi aprovado, por maioria, com oito abstenções.**-----

-----De seguida, passou-se para o **ponto dois ponto dez – Autorização para atribuição de Bolsa de Estudo no âmbito do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo para o ano de 2015/2016 até ao valor de 120.000 €;**-----

-----O **Presidente da Câmara** explicou que se tratava de uma questão técnica contabilística e de organização da contabilidade. Este programa tinha passado a plurianual, tinha verbas gastas em 2015 e em 2016, e representava um reforço por estarem a contar que houvesse mais candidatos.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação, sendo **aprovada, por unanimidade.**-----

-----Por fim, passou-se para o **ponto dois ponto onze – Discussão e votação das propostas da Comissão de Apreciação dos seguintes Regulamentos:**-----

-----ponto dois ponto onze ponto um - **Fundo Fafe Finicia – Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Concelho;**-----

-----ponto dois ponto onze ponto dois - **Regulamento de Ocupação do Espaço Público, Publicidade e Propaganda do Município de Fafe e suas alterações.**-----

-----O **Presidente da Mesa** explicou que estes dois regulamentos foram remetidos pela Assembleia Municipal para a comissão que habitualmente apreciava os regulamentos e essa comissão reuniu a quinze de junho. Dessa reunião resultou que a comissão de análises decidisse solicitar à Câmara esclarecimentos relativamente ao Regulamento de Ocupação do Espaço Público, Publicidade e Propaganda do Município de Fafe e suas alterações e como esses esclarecimentos não estavam, ainda, presentes para apreciação, este regulamento não estava em condição de ser discutido ou votado nesta Assembleia, pelo que o ponto foi retirado da ordem de trabalhos.-----

-----O **Presidente da Mesa** prosseguiu dizendo que, quanto ao ponto dois ponto onze ponto um, Fundo Fafe Finicia, a informação que a mesa tinha era de que não tinha havido acordo entre os membros da Comissão, pelo que o texto do regulamento era exatamente aquele que foi apresentado na primeira convocatória e, portanto, estava em discussão o regulamento.-----

-----Solicitou a palavra **Miguel Cabral de Almeida Summavielle, eleito pelos IPF**, para dizer que o que tinha acontecido na reunião da comissão e o que lhes tinha dito a pessoa que preside à mesma, era que o texto que tinha sido remetido à comissão, não era passível de ser alterado, pelo que não faria sentido fazer-se alterações. Prosseguiu dizendo que percebiam o interesse que tinha este tipo de iniciativas e, portanto, entendiam que este tipo de iniciativas deveria ser premiado, pelo que iam abster-se na votação porque o regulamento, conforme já tinha dito, era absolutamente penalizante, e que quem preparou o documento não o deveria ter feito nestes termos e muito menos ter-lo apresentado ao Senhor Presidente da Câmara para ele o remeter a esta Assembleia. Afirmou existirem muitas questões que eram relevantes mas existia uma que era absolutamente gritante e inacreditável, que era o fato do Município ir depositar dinheiro num banco e ter de pagar para ter o dinheiro depositado.-----



-----Foi dada a palavra a **Maria Leonor Pereira Oliveira Castro, eleita pela CDU**, para dizer que uma vez que o documento vinha dessa forma, precisamente por tratar-se de um protocolo impossível de alterar e que dele só podia concluir, de fato, que era um bom negócio para o banco, para a SGM, para a ADRAVE mas um mau negócio para a Câmara. A pretexto de ajudar empresas locais, este fundo acabava por ser uma ajuda ao banco, pelo que irá votar contra esta proposta.-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para explicar que não estavam a ser originais, e que já existia um conjunto de municípios quer da CIM do Ave, quer da região, que dispunham deste tipo de apoios aos empresários, nomeadamente em Famalicão e que era um enorme sucesso. Era um instrumento que permitia, com pequenos financiamentos, ajudar a desenvolver os pequenos negócios. Entendeu ser interessante e era um instrumento que tinha sido muito útil noutros municípios, e sendo um investimento que a câmara poderia fazer .-----

-----Solicitou a palavra **José Augusto Rodrigues de Sousa, eleito pelo PSD**, para dizer que relativamente a este protocolo não havia dúvidas em dizer que ele podia não ser o ideal para o município mas também não se podia perder a oportunidade de poder ajudar os nossos industriais que estavam no início de carreira. Naturalmente se votarem contra ou não aprovar este protocolo, estariam a impedir e a inviabilizar que esses jovens empresários tivessem acesso ao crédito, pelo que iriam votar favoravelmente.-----

-----Colocado à votação, o ponto dois ponto onze ponto um, **foi aprovado, por maioria, com um voto contra e dez abstenções.**-----

-----Terminada a Ordem de Trabalhos, o **Presidente da Mesa** colocou a votação a ata da sessão ordinária realizada em trinta de abril de dois mil e quinze, com a correção do pedido de suspensão apresentado Manuel Fernando Marinho Alves, na primeira página, tendo sido **aprovada por maioria, com uma abstenção.**-----

-----Posteriormente, o Presidente da Mesa deu a palavra ao público, tendo solicitado a palavra Fernando Miranda para tecer alguns comentários relativos a alguns pontos da ordem de trabalhos.-----

-----Não havendo intervenções, foi dada a palavra ao Primeiro Secretário, que procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. **Colocada a votação, foi aprovada, por unanimidade.**-----

-----Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente sessão quando eram meia hora e cinquenta e cinco minutos do dia vinte e sete de junho de dois mil e quinze.- E nos termos legais e regimentais se lavrou a presente ata que, nos termos do artigo cinquenta e sete da Lei número setenta e cinco de doze de setembro de dois mil e treze, será assinada pelos Membros da Mesa.-----

